

CNU

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA



Caderno de questões - Tipo I - Conhecimentos Básicos somente para o cargo de Analista Judiciário - Área: Judiciária

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS E DISCURSIVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados do cargo/área/especialidade a que você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas e no seu caderno de textos definitivos da prova discursiva. Confira, também, o seu nome em cada página numerada do seu caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva (uma questão e uma dissertação), acompanhada de espaços para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais ou aos dados relativos ao cargo/área/especialidade a que você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.
- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo da prova discursiva.
- 5 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição dos textos da prova discursiva para o caderno de textos definitivos da prova discursiva.
- 6 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e o seu caderno de textos definitivos da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou no caderno de textos definitivos da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

CONCURSO PÚBLICO

NÍVEL SUPERIOR

TURNO: MANHÃ



OBSERVAÇÕES

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital. É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

0(XX) 61 3448-0100
www.cespe.unb.br
sac@cespe.unb.br

cespeUnB
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliam **conhecimentos de informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

PROVA OBJETIVA P₁

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Julgue o item a seguir, relacionado ao sistema operacional Windows 7.

- 1 Por meio do Windows 7 é possível disponibilizar para acesso remoto todo o conteúdo do Windows Media Player 12 armazenado em um computador, desde que esse computador esteja conectado à mesma rede local, com ou sem fio.

Acerca do ambiente Microsoft Office 2010, julgue o próximo item.

- 2 No Word 2010, por meio do recurso de compartilhamento de documento, diferentes usuários podem editar um mesmo documento, ao mesmo tempo, mantendo a sincronia das alterações efetuadas.

Julgue o item seguinte, a respeito de Internet e *intranet*.

- 3 O SafeSearch é um recurso configurável do Google para impedir que sejam listados, como resultado da pesquisa, *links* de sítios suspeitos.

A respeito da organização de arquivos e pastas, julgue o item subsequente.

- 4 A compactação de arquivos nem sempre apresenta resultados expressivos, embora normalmente resulte em otimização do espaço de armazenamento de arquivos.

A China tem investido US\$ 250 bilhões por ano no que economistas chamam de capital humano. Assim como os Estados Unidos da América (EUA) ajudaram a construir uma classe média no final dos anos 40 e início dos anos 50 do século passado, usando um programa para educar veteranos da segunda guerra mundial, o governo chinês emprega recursos para educar milhões de jovens que se mudam das áreas rurais para as cidades. O objetivo disso é transformar o sistema atual, em que uma elite minúscula, altamente educada, supervisiona vastos exércitos de trabalhadores rurais e de operários de fábricas pouco qualificados.

O Globo, 18/1/2013, p. 30 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, e considerando a crescente importância da China no cenário global contemporâneo, julgue os itens de 5 a 8.

- 5 A experiência chinesa de modernização econômica acompanha, em larga medida, situações vividas por muitos outros países no mundo contemporâneo, em que a industrialização provoca a urbanização da sociedade, o que explica o esforço empreendido pelo país para qualificar, via educação, os milhões de jovens trabalhadores egressos do campo.
- 6 Em sua arrancada para promover o desenvolvimento econômico, a China demonstra ter compreendido uma das exigências centrais da atual economia globalizada, qual seja, o domínio do conhecimento como condição essencial para bem situar-se em um cenário econômico altamente competitivo e impulsionado por incessantes inovações tecnológicas.

- 7 A aposta chinesa na universalização educacional denota outro aspecto marcante da transformação econômica vivida por esse país asiático na atualidade: a abertura da economia, incluindo a presença significativa de capitais privados externos, se faz acompanhar da indispensável abertura política, mediante a identificação de seu regime de governo com os padrões ocidentais de democracia.

- 8 Com peso cada vez maior no mercado global, a China, por ser detentora de enorme população — que produz e consome — e de todos os recursos naturais de que necessita para sustentar seu desenvolvimento, tem sido constantemente acusada de protecionismo, buscando exportar e praticamente nada importar.

Com relação à ética no serviço público, julgue os itens a seguir.

- 9 O servidor público que, ao constatar falta ética de seu colega de trabalho, deixe de representar contra a referida pessoa não deverá ser apenado, pois a delação no serviço público tem caráter discricionário.
- 10 Se um servidor for desviado de função por sua chefia imediata, em virtude de necessidade particular do trabalho, ele deverá cumprir suas novas atribuições, pois é seu dever ético.
- 11 Quando as decisões morais são baseadas nos padrões de equidade, justiça e imparcialidade, a ética pode diferenciar substantivamente as pessoas em relação às suas características particulares, mediante a explicitação clara de regras de conduta.
- 12 No intuito de solucionar o problema de um cidadão, o servidor público pode criar mecanismos para evitar a morosidade da burocracia organizacional, inclusive desconsiderando, caso seja necessário, as regras hierárquicas que possam impedir a fluidez do trabalho.

No que concerne ao Plenário do Conselho Nacional da Justiça (CNJ), julgue o item a seguir com base no Regimento Interno desse conselho.

- 13 O quórum para que o Plenário do CNJ se reúna validamente é de nove conselheiros ou três quintos de seus integrantes.

Com relação às disposições regimentais aplicáveis ao conselheiro relator no âmbito do CNJ, julgue os itens subsequentes.

- 14 O conselheiro relator pode, a qualquer momento, propor conciliação às partes envolvidas em procedimento de controle administrativo.
- 15 A colheita de provas indispensáveis à instrução processual é competência privativa do conselheiro relator, não sendo, portanto, suscetível de delegação.
- 16 Compete ao conselheiro relator determinar o arquivamento liminar do processo em que for deduzida pretensão manifestamente improcedente.

Acerca das funções do corregedor nacional de justiça, julgue os itens seguintes, conforme o Regimento Interno do CNJ.

- 17 Não se admite a intimação por via eletrônica das decisões do corregedor nacional de justiça.
- 18 A requisição de magistrados pelo corregedor nacional de justiça não deve exceder ao limite de dois anos, podendo haver uma única prorrogação.

Com base no Regimento Interno do CNJ, julgue os itens a seguir, relativos à distribuição de processos.

- 19 As representações por excesso de prazo serão necessariamente distribuídas ao corregedor nacional de justiça.
- 20 Não há revisor nos processos submetidos ao CNJ.
- 21 No âmbito do CNJ, a distribuição de processos é realizada aleatória e alternadamente, por meio de procedimento automático e sigiloso.
- 22 À exceção do presidente e do corregedor nacional de justiça, os processos destinados ao CNJ devem ser distribuídos a todos os conselheiros, mesmo àqueles que estejam ausentes ou licenciados do CNJ por até trinta dias.

Acerca dos recursos administrativos no CNJ, julgue o próximo item.

- 23 Da decisão interlocutória proferida pelo conselheiro relator, que indefira medida acauteladora requerida liminarmente, caberá recurso administrativo ao plenário do CNJ.

A respeito das sessões do CNJ, julgue os itens que se seguem.

- 24 Vencido o relator, ficará incumbido da redação do acórdão o autor do primeiro voto vencedor.
- 25 Nas sessões de julgamento de um processo, depois de proferido o relatório sucintamente pelo conselheiro relator, é oportuna sustentação oral ao interessado ou ao seu advogado e, somente após essa sustentação, é dada novamente a palavra ao relator para que apresente a conclusão do seu voto.

LÍNGUA PORTUGUESA

1 A discriminação, como um componente indissociável
do relacionamento entre os seres humanos, reveste-se
inegavelmente de uma roupagem competitiva. Afinal,
4 discriminar nada mais é do que tentar reduzir as perspectivas
de uns em benefício de outros. Quanto mais intensa a
discriminação e mais poderosos os mecanismos inerciais que
7 impedem o seu combate, mais ampla é a clivagem entre
discriminador e discriminado. Dessa lógica resulta,
inevitavelmente, que aos esforços de uns em prol da
10 concretização da igualdade se contraponham os interesses de
outros na manutenção do *status quo*. É crucial, pois, que as
ações afirmativas, mecanismo jurídico concebido com vistas a
13 quebrar essa dinâmica perversa, sofram o influxo dessas forças
contrapostas e atraíam considerável resistência, sobretudo da
parte dos que historicamente se beneficiaram da exclusão dos
16 grupos socialmente fragilizados.

Ao Estado cabe, assim, a opção entre duas posturas
distintas: manter-se firme na posição de neutralidade e permitir
19 a total subjugação dos grupos sociais desprovidos de voz, de
força política e de meios de fazer valerem os seus direitos; ou,
ao contrário, atuar ativamente para mitigar as desigualdades
22 sociais, cujo público-alvo é precisamente as minorias raciais,
étnicas, sexuais e nacionais.

Joaquim Barbosa B. Gomes. As ações afirmativas e os processos de promoção da igualdade efetiva. In: AJUFE (Org.). Seminário internacional: as minorias e o direito. 1.ª ed. 2003, p. 91-2 (com adaptações).

Com relação às ideias e estruturas linguísticas do texto acima, julgue os próximos itens.

- 26 De acordo com o autor do texto, a imparcialidade do Estado em relação à discriminação de grupos minoritários é condição essencial para a redução das desigualdades sociais.
- 27 Sem prejuízo para a coerência e a correção gramatical, os dois primeiros períodos do texto poderiam ser condensados no seguinte período: A discriminação, elemento indissociável do relacionamento entre seres humanos, reveste-se inegavelmente de uma roupagem competitiva, porquanto corresponde a uma tentativa de se reduzirem as perspectivas de uns em benefício de outros.
- 28 Sem prejuízo das ideias do texto, as palavras “clivagem” (l.7) e “influxo” (l.13) poderiam ser substituídas, respectivamente, por **rivalidade** e **ataque**.
- 29 A expressão “essa dinâmica perversa” (l.13) está empregada em referência à “lógica” (l.8) que se revela no trecho “Quanto mais intensa a discriminação e mais poderosos os mecanismos inerciais que impedem o seu combate, mais ampla é a clivagem entre discriminador e discriminado” (l.5-8).

1 Um dos maiores méritos da sabedoria grega consistiu,
justamente, em apresentar a moderação, ou bom senso, como
a virtude suprema. No frontispício do templo de Apolo, em
4 Delfos, uma das inscrições célebres era: nada em excesso.
Aquele que exerce seu direito sem moderação acaba por
perdê-lo. Do mesmo modo, a exigência excessiva por um mal
7 sofrido transforma o exercício do direito em uma manifestação
de vingança pura e simples. Nesse caso, a justiça muda de lado:
ela se desloca para o lado do adversário. De acordo com a
10 tradição da *jurisprudencia* romana, a advertência de Cícero
manifesta exatamente esse sentido. Com frequência, disse ele,
há ocasiões em que os atos que nos parecem os mais dignos de
13 um homem justo transmudam-se no seu contrário. É o caso, por
exemplo, do dever de respeitar a promessa feita, ou de cumprir
o contratado. Se a prática do ato devido prejudica o devedor,
16 sem nenhum proveito para o credor, o não cumprimento da
palavra dada é plenamente justificado, pois a justiça nos obriga
a dar sempre preferência ao bem sobre o mal.

19 Tudo isso, na verdade, decorre do fato de que a
virtude da justiça tende sempre a alcançar certo estado de
equilíbrio, longe de todo excesso. Não por outra razão a deusa
22 Tétis foi representada, no imaginário grego, portando uma
balança. A realização da justiça pressupõe, necessariamente,
um constante sopeso de valores.

Fábio Konder Comparato. *Ética: direito, moral e religião no mundo moderno*.
São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 528-9 (com adaptações).

Considerando as ideias e os aspectos linguísticos do texto acima,
julgue os itens seguintes.

30 Pelos sentidos do texto, infere-se que a expressão “todo
excesso” (l.21) é empregada para caracterizar qualquer forma
imoderada de agir.

31 O trecho “apresentar a moderação, ou bom senso, como a
virtude suprema” (l.2-3) poderia ser corretamente reescrito,
sem prejuízo do sentido do texto, da seguinte forma: apresentar
a moderação, ou seja, o bom senso, como a virtude suprema;
assim como o segmento “dever de respeitar a promessa feita,
ou de cumprir o contratado” (l.14-15) poderia ser corretamente
reescrito da seguinte maneira: dever de respeitar a promessa
feita, isto é, de cumprir o contratado.

32 O termo “devido” (l.15) está empregado, no texto, com o
sentido de **merecido, justo**.

1 Como afirma Foucault, a verdade jurídica é uma
relação construída a partir de um paradigma de poder social
que manipula o instrumental legal, de um poder-saber que
4 estrutura discursos de dominação. Assim, não basta proteger
o cidadão do poder com o simples contraditório processual e
a ampla defesa, abstratamente assegurados na Constituição.
7 Deve haver um tratamento crítico e uma posição política sobre
o discurso jurídico, com a possibilidade de revelar possíveis
contradições e complexidades das tábuas de valor que orientam
10 o direito.

Ora, o conceito de justiça é o de um discurso
construído dentro de uma instância de poder, e construído
dentro de uma processualidade. Segundo Lyotard, não existe
13 um discurso *a priori* correto ou verídico, mas narrativas
entrecruzantes em busca de verdades parciais, históricas. O
discurso sobre a justiça não pode ser diferente. Ele há de ser
16 plurissignificativo, embasado em valores diversificados,
mutáveis, conhecidos retoricamente, e não no fechamento
19 kantiano, platônico e cartesiano dos sentidos prévios,
imutáveis, unissignificativos do que seja o justo.

Somente o processo isocrítico e com estruturação em
22 um paradigma democrático-constitucional de fiscalização
constante das premissas discursivas pode levar a um processo
justo e a um direito justo em algum sentido.

25 Dessa forma, justiça é a busca da processualidade para
que os agentes participes do processo e, *latu sensu*, toda a
sociedade possam participar e controlar a institucionalização
28 do justo.

Newton de Oliveira Lima. *Um valor discursivo e político*. In: *Revista
Jus Vigilantibus*. Internet: <<http://jusvi.com>> (com adaptações).

Com relação aos sentidos e a aspectos linguísticos do texto acima,
julgue os itens que se seguem.

33 Segundo o autor do texto, para que haja justiça, é necessário o
controle sistemático dos processos judiciais pelos agentes
públicos.

34 A mesma regra de acentuação gráfica, justifica o emprego de
acento gráfico nas palavras “construída” e “possíveis”.

35 As orações “que manipula o instrumental legal” (l.3) e “que
estrutura discursos de dominação” (l.3-4) têm sentido
restritivo, isto é, especificam os termos a que se referem —
“poder social” (l.2) e “poder-saber” (l.3), respectivamente.

36 Infere-se da leitura do texto que o contraditório e a ampla
defesa protegem o cidadão de forma simples e prática.

Ofício GC/EAS n.º 265

Brasília, 15 de janeiro de 2013.

À Senhora
Fulana de Tal
Secretária de Gestão de Pessoas
Setor de Autarquias Sul
70000-000 — Brasília, DF

Assunto: **Certificados de especialização**

Senhora Secretária,

Em resposta ao Ofício n.º 005/2012/SGP, de 30/11/2012, encaminhamos os Certificados de Especialização em Direito Público, bem como a relação dos servidores dessa Instituição que se matricularam no referido curso, mas não o concluíram.

Atenciosamente,



José Sicrano

Gerente de Capacitação

Escola de Aperfeiçoamento de Servidores

Para que o ofício hipotético acima esteja de acordo com os padrões estabelecidos no **Manual de Redação da Presidência da República**,

- 37** o nome do órgão em que trabalha a pessoa que subscreve o documento deve ser retirado do espaço destinado à identificação do signatário, permanecendo, nesse espaço, apenas o nome e o cargo de quem assina o expediente.
- 38** a identificação do tipo e do número do expediente deve ser alterada para: Ofício n.º 265/2013/GC-EAS.

Nos itens seguintes, são apresentadas propostas de trechos de correspondências oficiais. Julgue-os quanto à correção gramatical e à adequação às normas de redação oficial.

- 39** Dadas a funcionalidade, a relevância e as características gerais do *software* de registro de ocorrências via Web, manifestamos o interesse desta instituição em implementá-lo.
- 40** No que pertine aos problemas tratados na reunião hora em comento, informamos que as providências necessárias já foram tomadas.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Acerca dos aspectos estruturais e organizacionais da administração pública, julgue os itens a seguir.

- 41** A mudança cultural nas organizações públicas é um processo contínuo e paulatino, pois há aspectos objetivos e subjetivos da cultura que sofrem transformações e demandam tempo para sedimentação nas mentes das pessoas e nas práticas sociais.
- 42** Empreender, para o governo, significa mobilizar competências individuais e organizacionais para provocar inovações e mudanças tecnológicas nos sistemas informatizados nos modelos de gestão exceto nas políticas públicas.
- 43** A busca pela eficiência, eficácia e efetividade é um exemplo de como as gestões pública e privada convergem em termos de filosofia de gestão e prestação de serviços na atualidade.
- 44** Um dos exemplos de motivadores das transformações dos modelos organizacionais e de gestão pública foi a crise da eficiência do Estado brasileiro, nas décadas de 70, 80 e 90 do século XX.
- 45** Os princípios da organização racional do trabalho foram decisivos para a incorporação dos aspectos humanos e sociais nos formatos organizacionais da administração pública moderna.

Em relação a gestão de organizações e de serviços públicos, julgue os itens subsequentes.

- 46** Mapeamento, redesenho e registro de processos organizacionais mais inteligentes e modernos têm sido a base para a implantação de novas tecnologias de informação e comunicação nas organizações públicas.
- 47** O estabelecimento de metas organizacionais nas diversas organizações do Estado brasileiro tem feito que novas formas de remuneração de servidores públicos surjam como alternativas gerenciais.
- 48** A mensuração da qualidade do serviço público deve incorporar a noção de mudança e melhoria na condição da sociedade para que se configure a prestação do serviço de fato.
- 49** Serviços públicos devem ser gerenciados e ofertados conforme o princípio da coprodução, segundo o qual os cidadãos se envolvem e participam da construção de excelência e qualidade desses serviços.
- 50** O nível estratégico da gestão de projetos revela o modo como a maturidade organizacional é monitorada pelos dirigentes.

PROVA OBJETIVA P₂ – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca do contorno constitucional do Poder Judiciário e dos seus órgãos, julgue os itens a seguir.

- 51 A função típica do Poder Judiciário é a jurisdicional, sendo-lhe vedada a prática das funções administrativa e legislativa, que são reservadas, por força do princípio da separação dos poderes, ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo.
- 52 A inamovibilidade constitui garantia que é deferida apenas aos juízes titulares, não alcançando os substitutos.
- 53 As deliberações negativas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) não estarão sujeitas a revisão por meio de mandado de segurança impetrado diretamente no Supremo Tribunal Federal.
- 54 De acordo com o princípio da subsidiariedade, a autoridade estatal mais afastada da comunidade apenas poderá atuar quando a esfera de poder inferior não tiver condições de desempenhar suas funções eficazmente.
- 55 O Poder Judiciário goza de autonomia administrativa, razão por que auto-organiza seus serviços, mas não detém autonomia financeira.

Julgue os itens seguintes, referentes à teoria constitucional.

- 56 O poder constituinte é inicial, autônomo e condicionado, exprimindo a ideia de direito prevalente no momento histórico e que moldará a estrutura jurídica do Estado.
- 57 Os estrangeiros somente não gozarão dos mesmos direitos assegurados aos brasileiros quando a própria Constituição autorizar a distinção, tendo-se presente o princípio de que a lei não deve distinguir entre nacionais e estrangeiros quanto à aquisição e ao gozo dos direitos civis.
- 58 Defere-se competência concorrente aos entes federativos para explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água.
- 59 A norma programática vincula os comportamentos públicos futuros, razão pela qual, no Brasil, todas as normas constitucionais são imperativas e de cumprimento obrigatório.
- 60 De acordo com o princípio da unidade da Constituição, a interpretação constitucional deve ser realizada de forma a evitar contradição entre suas normas.

Em relação a direito administrativo, julgue os itens subsequentes.

- 61 Segundo jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o reconhecimento de ato de improbidade administrativa, nos moldes previstos pela Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992), requer o exercício de função específica (administrativa), não se admitindo sua extensão à atividade judicante.
- 62 O objeto do poder de polícia administrativa é todo bem, direito ou atividade individual que possa afetar a coletividade ou pôr em risco a segurança nacional.
- 63 Todos os atos administrativos são imperativos e decorrem do que se denomina poder extroverso, que permite ao poder público editar provimentos que vão além da esfera jurídica do sujeito emitente, interferindo na esfera jurídica de outras pessoas, constituindo-as unilateralmente em obrigações.
- 64 Se do atributo da executoriedade do ato administrativo resultar dano ao particular em razão de ilegitimidade ou abuso, o Estado estará obrigado a indenizar o lesado, uma vez configurados a conduta danosa, o dano e o nexo causal.

Julgue os itens que se seguem, relativos às regras administrativas brasileiras.

- 65 O fato de o fornecedor deter a patente de um produto torna a licitação inexigível, conforme a lei de regência.
- 66 A decisão do Tribunal de Contas da União que, dentro de suas atribuições constitucionais, julga ilegal a concessão de aposentadoria, negando-lhe o registro, possui caráter impositivo e vinculante para a administração.
- 67 A ocupação de bem público, ainda que dominical, não passa de mera detenção, caso em que se afigura inadmissível o pleito de proteção possessória contra o órgão público.
- 68 Com base no princípio da autotutela, e em qualquer tempo, a administração pública tem o poder-dever de rever seus atos quando estes estiverem eivados de vícios.
- 69 A concessão ou alienação de terras públicas situadas em faixa de fronteira depende de autorização prévia do Conselho de Defesa Nacional.

A respeito da regulamentação de bens estabelecida pelo Código Civil ora em vigor, julgue os itens seguintes.

- 70 Caso determinado imóvel receba benfeitorias destinadas a conservá-lo ou a evitar-lhe a deterioração, tais benfeitorias serão classificadas como necessárias.
- 71 Se dois indivíduos firmarem um negócio jurídico cujo objeto seja um bem principal, então tal negócio abrangerá necessariamente as pertencas e os bens acessórios.

Acerca de negócios jurídicos, julgue os próximos itens.

- 72 A condição suspensiva subordina a eficácia do negócio jurídico à sua implementação. Já a condição resolutiva, quando implementada, faz cessar os efeitos do negócio jurídico.
- 73 O silêncio das partes configura declaração de vontade, elemento essencial do negócio jurídico, e implica a anuência tácita e a aceitação dos termos do contrato.

Paulo e Marcelo celebraram contrato por meio do qual Marcelo, notório artista, contraiu obrigação *intuitu personae* de restaurar um quadro de grande valor artístico, devendo receber, para tanto, vultosa contraprestação pecuniária.

Com referência à situação hipotética acima apresentada, julgue os itens subsequentes.

- 74 Caso Marcelo se recuse a realizar a restauração contratada, Paulo poderá requerer a conversão da obrigação em indenização por perdas e danos, sem prejuízo de eventuais *astreintes*.
- 75 Ao celebrar o referido contrato, Marcelo contraiu obrigação de fazer infungível.

De acordo com o disposto no Código Civil vigente acerca do casamento, julgue o item abaixo.

- 76 Um pai não pode se casar com a sua filha, seja ela natural ou adotiva.

Com referência ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n.º 8.069/1990 e alterações, julgue os itens a seguir.

- 77** O direito da criança e do adolescente à dignidade deve ser assegurado com exclusividade pelo Estado e pela família.
- 78** Considera-se criança, para os efeitos do ECA, a pessoa com até dezesseis anos de idade incompletos.

Pedro e João litigaram judicialmente a respeito de determinado bem. No curso do processo, João alienou esse bem a terceiro, Ricardo. Com referência a essa situação hipotética, julgue o item abaixo.

- 79** Independentemente de ter ou não ciência do processo ou de vir ou não a integrá-lo, Ricardo será atingido pelos efeitos da sentença proferida no feito ajuizado.

Cinco pessoas, entre as quais havia comunhão de direitos derivados de idênticos fundamentos fáticos e jurídicos, ajuizaram uma única ação, na qual eram representados, todos, pelo mesmo advogado. Nessa situação hipotética,

- 80** se os cinco autores decaírem de sua pretensão, sendo julgados improcedentes os pedidos, o prazo para interposição de eventual recurso de apelação contra a sentença será contado em dobro.
- 81** caracterizou-se litisconsórcio ativo necessário, espécie do gênero intervenção de terceiros.

No que concerne à competência no processo civil, julgue os itens que se seguem.

- 82** As partes poderão eleger, em contrato escrito, o foro em que serão dirimidas controvérsias a respeito de negócio jurídico que celebrarem, derogando competência fixada pela lei em razão do território.
- 83** Por força do princípio da *perpetuatio jurisdictionis*, a competência fixada em razão do domicílio do réu, para julgamento de ação acerca de direito real sobre bem móvel, não será alterada se o mesmo vier a se mudar.

Acerca da liquidação e do cumprimento de sentença e da antecipação dos efeitos da tutela judicial, julgue os itens a seguir.

- 84** Podem ser antecipados os efeitos da tutela judicial quando um ou mais dos pedidos cumulados — ou parcela deles — mostrar-se incontroverso no processo.
- 85** Formulado na petição inicial pedido certo de valor a título de indenização por danos materiais, poderá o juiz proferir sentença condenatória ilíquida, cujo cumprimento, após o trânsito em julgado, estará condicionado à prévia instauração da fase de liquidação.
- 86** Não se admite execução provisória de sentença, que somente poderá ser cumprida depois de ocorrido o trânsito em julgado que aperfeiçoará o título executivo judicial.

Em relação a crimes contra a fé e a administração públicas e de abuso de autoridade, julgue os itens subsequentes.

- 87** Recentemente, ocorreu a inclusão do crime de corrupção ativa no rol dos delitos hediondos, fato que, entre outros efeitos, tornou esse crime inafiançável e determinou que o início do cumprimento da pena ocorra em regime fechado.
- 88** O agente, público ou particular que patrocina, direta ou indiretamente, interesse privado perante órgão público comete o crime de advocacia administrativa — um tipo penal que tutela a administração da justiça.
- 89** Por expressa previsão constitucional, é da competência do CNJ representar ao Ministério Público se tomar ciência de fato que corresponda a crime contra a administração pública ou de abuso de autoridade.
- 90** O particular que, em conjunto com a esposa, funcionária pública, apropriar-se de bens do Estado responderá por peculato, ainda que não seja membro da administração. Peculato é crime funcional impróprio, afiançável e prescritível.
- 91** Crime de falsificação de documento público, quando cometido por funcionário público, admite a modalidade culposa — hipótese em que a pena é reduzida.

Julgue os itens seguintes, relativos ao direito penal.

- 92** A extinção da punibilidade de um crime que seja pressuposto, elemento constitutivo ou circunstância agravante de outro não se estende a este. Nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles não impede, quanto aos outros, a agravação da pena resultante da conexão.
- 93** A perda do cargo, no caso de funcionário público condenado a pena privativa de liberdade de cinco anos de reclusão, é efeito automático da condenação.
- 94** Nos crimes culposos, é dispensável a produção do resultado naturalístico involuntário.
- 95** A prestação pecuniária é uma pena restritiva de direitos e consiste no pagamento em dinheiro à vítima, seus dependentes ou entidade pública ou privada com destinação social, de importância fixada pelo juiz, não inferior a um salário mínimo nem superior a trezentos e sessenta salários mínimos.

A respeito do disposto na Constituição Federal de 1988 (CF) e no Código de Processo Penal, julgue os próximos itens.

- 96** É da competência do STJ julgar recurso ordinário de decisão denegatória de *habeas corpus* proferida por tribunal de justiça, não existindo previsão legal para *habeas corpus* substitutivo.
- 97** Em que pese a previsão constitucional de publicidade dos atos processuais, isso não ocorre no inquérito policial que, por ser procedimento administrativo informativo, é acobertado pelo sigilo.
- 98** O agente preso em flagrante de crime inafiançável terá direito a concessão de liberdade provisória sem fiança, se não estiverem caracterizados os motivos para decretação de prisão cautelar, em estrita observância do princípio da inocência.

Em relação a procedimentos criminais, julgue os itens subsequentes.

- 99** A denúncia será rejeitada quando faltar justa causa para o exercício da ação penal, ou seja, quando faltar pressuposto processual, como ocorre quando está extinta a punibilidade ou falta representação na ação penal pública condicionada.
- 100** Em regra a citação do réu é pessoal, sendo que, na hipótese de ele não comparecer, ainda que regularmente citado, será decretada sua revelia, confissão ficta e nomeação de defensor dativo, caso não haja advogado constituído.

Acerca dos juízes, julgue os itens seguintes.

- 101** O juiz se dará por suspeito, não caracterizando hipótese de impedimento, se seu ascendente estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia.
- 102** Admite-se que o juiz determine interceptação telefônica quando houver indícios razoáveis de autoria ou participação em infração penal punida com detenção e a prova não puder ser feita por outros meios.
- 103** A prisão temporária em crime de homicídio doloso pode ser decretada de ofício pelo juiz, pelo prazo de trinta dias, prorrogáveis por igual período.

Considerando que João seja responsável pela elaboração da proposta orçamentária de um tribunal federal, que irá compor o projeto de lei orçamentária anual (LOA) para 2014, julgue os itens que se seguem à luz do disposto na CF, na Lei n.º 4.320/1964 e na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

- 104** Elaborada a proposta orçamentária de todos os órgãos, entidades e poderes federais, o projeto de lei orçamentária deve ser encaminhado ao Congresso Nacional, que poderá fazer alterações na proposta, inclusive para reduzir as despesas com investimentos dos tribunais.
- 105** De acordo com a Lei n.º 4.320/1964, as despesas previstas com aposentadorias seriam classificadas como transferências correntes.
- 106** Ao inserir na proposta todas as despesas previstas para o exercício seguinte, João atenderá ao princípio da especificação.
- 107** Se o tribunal pretende inserir na LOA uma despesa com benefício médico destinado aos servidores, João deverá classificá-la como constante no orçamento da seguridade social.
- 108** Ao prever determinada receita para 2014, João deve levar em conta os efeitos das alterações na legislação e desconsiderar a variação do índice de preços, conforme determina a LRF.
- 109** Com vistas a assegurar a execução do orçamento proposto, após o envio da proposta orçamentária destinada a compor a lei orçamentária para 2014, o tribunal deverá inserir todas as metas e prioridades no projeto de lei de diretrizes orçamentárias para 2014.

Supondo que Maria seja responsável por conduzir a execução orçamentária de um tribunal federal e tendo em conta o disposto na Lei n.º 4.320/1964, na LRF e na CF, julgue os próximos itens.

- 110** Na execução de despesa e receita, Maria, como administradora pública, deverá observar os limites de gastos estabelecidos para cumprir as metas fiscais constantes da LOA.
- 111** Em caso de calamidade comprovada por decreto presidencial, o presidente do tribunal pode autorizar a criação de dotações orçamentárias extraordinárias, desde que tal ato seja referendado pelo órgão especial da respectiva corte.
- 112** No decorrer da execução orçamentária, caso ocorra recebimento de uma receita pública de taxa não prevista na lei orçamentária para o respectivo ano, Maria deverá contabilizar tal receita como não orçamentária.

No que se refere à Resolução n.º 88/2009 do CNJ, julgue o seguinte item.

- 113** A análise da relação entre cargos de provimento efetivo e cargos de provimento em comissão, feita com base nas informações colhidas pela Comissão de Estatísticas, permite ao CNJ elaborar e formular políticas públicas que privilegiem mecanismos de acesso ao serviço público, conforme critérios objetivos de meritocracia.

Com base na Resolução n.º 135/2011 do CNJ, julgue os itens a seguir.

- 114** A punição imposta a magistrado submetido a processo administrativo disciplinar deverá ser estabelecida por voto da maioria simples dos membros do tribunal ou órgão especial, conforme imperativo legal.
- 115** O pedido de aposentadoria voluntário solicitado por magistrado submetido a processo administrativo disciplinar só será considerado caso o processo tenha sido concluído ou o magistrado tenha cumprido a penalidade que lhe tiver sido imposta.
- 116** O magistrado acusado de praticar irregularidade no exercício de sua atividade funcional, após receber notícia dessa acusação, terá o prazo de quinze dias para prestar as informações necessárias ao esclarecimento do fato.
- 117** Deve-se preservar o interesse público em detrimento da intimidade do magistrado nos processos administrativos disciplinares instaurados por falta funcional por ele cometida.

Considerando as disposições da Resolução n.º 137/2011 do CNJ, julgue os itens subsequentes.

- 118** Compete à autoridade policial averiguar a autenticidade do mandado de prisão a que for dar cumprimento.
- 119** A consulta a informações do Banco Nacional de Mandados de Prisão é permitida a toda e qualquer pessoa, após prévio cadastramento.
- 120** A atualização das informações do Banco Nacional de Mandados de Prisão é de responsabilidade do CNJ e da autoridade judiciária responsável pela expedição dos mandados de prisão a serem cumpridos.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA**, nos locais apropriados, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Tanto na questão quanto na dissertação, qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Será também desconsiderado o texto que não for escrito na folha de texto definitivo correspondente.
- No caderno de textos definitivos, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois não será avaliado texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.
- Ao domínio do conteúdo serão atribuídos, **para a questão**, até **30,00 pontos**, dos quais até **1,50 ponto** será atribuído ao quesito apresentação e estrutura textual (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) — e, **para a dissertação**, até **40,00 pontos**, dos quais até **2,00 pontos** serão atribuídos ao referido quesito.

QUESTÃO

A Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) visa à articulação e à atuação conjunta de órgãos públicos que trabalham com fiscalização, controle e inteligência como forma de aperfeiçoar a prevenção e o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) integra o grupo de instituições públicas comprometidas com a ENCCLA, que hoje reúne cerca de setenta órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, tanto no âmbito federal quanto no estadual, além do Ministério Público. Esses órgãos se encontram anualmente para estabelecer metas para o desenvolvimento de política pública eficaz na coibição de crimes de corrupção e lavagem de dinheiro. Entre as metas da ENCCLA, o CNJ regulamentou a criação do Sistema Nacional de Bens Apreendidos, ferramenta que concentra em um único banco de dados as informações a respeito dos bens apreendidos em procedimentos criminais em todo o território nacional.

Internet: <www.cnj.jus.br> (com adaptações).

Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter unicamente motivador, redija texto dissertativo a respeito das medidas assecuratórias da apreensão de bens que podem ser determinadas durante a persecução penal. Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ medidas assecuratórias de apreensão de bens previstas no Código de Processo Penal; [valor: 6,00 pontos]
- ▶ diferenças entre as medidas assecuratórias de apreensão de bens; [valor: 12,00 pontos]
- ▶ hipóteses legais de levantamento/cancelamento da medida específica para bens adquiridos com os proventos da infração. [valor: 10,50 pontos]

RASCUNHO – QUESTÃO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

DISSERTAÇÃO

Acerca da ocupação temporária de propriedades pelo poder público, redija um texto dissertativo que aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ conceito de ocupação temporária de propriedades pelo poder público; [valor: 11,00 pontos]
 - ▶ fundamento ou justificativa para ocupação temporária de propriedades pelo poder público; [valor: 11,00 pontos]
 - ▶ possibilidade de transferência da propriedade ocupada a terceiros e limites de alteração dessa propriedade. [valor: 16,00 pontos]
-

RASCUNHO – DISSERTAÇÃO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	